

GIUSEPPE TOSI

DISCURSO NA OUTORGA DO TÍTULO DE CIDADÃO PARAIBANO

16 de março de 2018/ 9-12h

AUDITÓRIO DA REITORIA DA UFPB

Ilustríssimo senhor Deputado Anísio Maia do Partido dos Trabalhadores que preside esta sessão; Magnífica Reitora da UFPB Profa. Dra. Margareth Formiga Diniz, que agradeço por ter aceitado o convite apesar dos seus inúmeros afazeres; Profa. Dra. Mônica Nóbrega, muito querida Diretora do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA); Prof. Dr. Paulo Vieira de Moura, Coordenador do Núcleo de Cidadania e DH da UFPB; irmã Maria Valéria Rezende, fundadora do SEDUP de Guarabira, educadora popular, que mais recentemente descobriu a sua outra vocação de escritora, com prêmios e reconhecimentos nacionais e internacionais e da qual muito me orgulho de ser amigo; professor Dr. Rubens Pinto Lyra, fundador da Comissão de DH da UFPB e pioneiro da causa dos dh na universidade e na sociedade; excelentíssimo Dr. Duciran Van Marsen Farena, Procurador Federal, e grande lutador pelos direitos humanos; Dr Camilo Pereira, advogado dos trabalhadores do Brejo há mais de 40 anos, um dos primeiros a assumir com coragem e dedicação este ofício perigoso que continua até hoje; querida Guiany Campos Coutinho, presidente do Conselho Estadual dos Direitos Humanos do Estado da Paraíba com uma longa trajetória de luta (e minha orientanda de especialização); caríssimo José Cleudo, representante das diversidades, e caríssimos Leania e Genaro aqui presentes na plateia em nome dos quais saúdo o Deputado Federal Luiz Couto.

Amigos e amigas, companheiros e companheiras, senhores e senhoras

É com muito orgulho que recebo este título de cidadão paraibano, outorgado pela Assembleia Legislativa do Estado: agradeço publicamente a cada um e a todos os deputados e as deputadas que aprovaram a propositura do deputado Anísio Maia do Partido dos Trabalhadores, e a professora Adelaide Dias que teve a ideia desta homenagem.

Entendo este título não somente com um reconhecimento à minha pessoa, e à pessoa da Inez, minha mulher e companheira de luta e de vida, mas a toda uma trajetória, e uma história feita por milhares de pessoas.

Este título aumenta minha dívida com a Paraíba e o seu povo: eu e minha mulher Inez fomos recebidos nesta terra com muito carinho e afeto, de braços abertos, quando aqui chegamos 37 anos atrás, em 1981. Se os paraibanos que vão para Itália e Europa fossem recebidos como eu fui recebido na Paraíba o mundo seria muito melhor!

Estávamos chegando de São Paulo onde casamos na Igreja de Santa Ifigênia, no centro da capital, numa cerimônia simples com presença de familiares e amigos. Estávamos voltando do Peru onde passamos mais de dois anos no Altiplano Sur-andino trabalhando em uma paróquia com os índios quéchuas e aymarás perto do lago Titicaca, uma região fascinante, mas muito fria e difícil para viver, a 4000 mil metros de altura.

Estávamos sem dinheiro, só tínhamos a passagem de ida para Itália; a penúria era tamanha que para casar eu emprestei a calça e Inez a blusa e a festa foi um bolo e algumas garrafas de cidra: a cerimônia foi singela, mas intensa, as músicas eram de Chico Buarque e Milton Nascimento tocadas pelo violão e cantadas por todos os amigos e chegamos até a ensaiar umas danças.

Saímos de São Paulo na lua de mel procurando um lugar onde trabalhar, assinar um contrato de voluntariado, a partir de algumas sugestões da nossa ONG, o MLAL, Movimento de Leigos para a América Latina, de Verona. Foi lá, na cidade de Verona, que em 1978 conheci a Inez que estava dando um curso de língua portuguesa para os leigos, padres e freiras que vinham como missionários católicos para o Brasil.

Visitamos vários lugares de possíveis trabalhos, no vale do Ribeira e em Campinas em São Paulo, na Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, em Ibotirama na Bahia, até chegarmos a João Pessoa: o Movimento havia me dado um nome: padre Luiz Couto, Mandacaru. Peguei o ônibus da rodoviária velha no centro da cidade, e foi encontrar o padre Luiz Couto, que me disse que não precisava neste momento de voluntários estrangeiros, mas que a irmã Valéria Resende estava criando o SEDUP e precisava de gente.

Foi imediatamente para Guarabira e quando cheguei lá senti que era o nosso lugar: fiz logo contato com a irmã Valéria e Dom Marcelo que assinou o contrato de trabalho. Viajamos para Itália e voltamos no fim do mesmo ano de 1981.

Passamos em Guarabira toda a década dos anos 80, que foi sem dúvida o melhor período da nossa vida: não somente porque éramos jovens, recém-casados, porque lá nasceram as nossas filhas, mas pela oportunidade que tivemos de viver um período histórico de grande efervescência social e política, na transição da ditadura para a democracia, processo que teve como momentos marcantes as Diretas já, a Constituinte e a Constituição de 1988, e a chegada de Lula e do PT no segundo turno das primeiras eleições diretas pós-ditadura.

Teria muito a que dizer sobre este período cuja história mereceria ser contada e estão aqui presentes nesta cerimônia, muitos dos protagonistas desta história.

Devemos antes de tudo reconhecer o papel decisivo de dom Marcelo Pinto Carvalheira, que seguindo o exemplo de Dom José Maria Pires, permitiu e incentivou todo um trabalho social, que ele colocou sob a proteção e o prestígio da Igreja Católica.

Este trabalho começou nos meados dos anos setenta, em plena ditadura, com a criação da Região Episcopal e se fortaleceu em 1981 com a criação da Diocese de Guarabira da qual Dom Marcelo foi o primeiro bispo.

Foi a época da repressão mais brutal e do fim da luta armada, e o início de uma nova estratégia de resistência através do trabalho de reconstrução dos movimentos populares por baixo, das comunidades eclesiais de base.

Merecer destaque o trabalho das irmãs que deixaram os colégios para os ricos e foram viver nas periferias com a população mais pobre.

O trabalho pastoral da Diocese se articulou em vários setores, que davam apoio às paróquias, e as comunidades eclesiais de base:

Projeto Educativo do Menor PEM-PROCEP (Margot Peisino e Zilma)

Centro de Orientação dos Direitos Humanos (CODH) Camilo Pereira, Francisca Inês, Sueli Belato e Iranice Gonçalves.

Serviço de Educação Popular (SEDUP) Valéria Resende e “os meninos do SEDUP” que hoje são todos professores universitários: José Barbosa, Maria da Conceição Cardoso (Lola), Severino Silva, Orlandil Moreira, Giovanni Jacó de Freitas (Gil).

Pastoral Rural: padre Luis Pescarmona, a advogada Izabel Pontes Chiquinho e Zilma e outros mais.

Todas entidades da Diocese organizações que se colocava à serviço dos movimentos sociais populares:

Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo (Inez e Neusinha), Movimento das empregadas domesticas e lavadeiras (Fátima e dona Cícera),

Movimento de Renovação e Oposição Sindical, as semanas sindicais que deram origem à criação da CUT (José Raimundo, falecido recentemente), organização dos canavieiros através da Campanha Trabalhistas e salariais, das greves dos anos 83, 84, 85... que iniciaram o período das negociações coletiva entre a ASPLAN e a FETAG: na verdade o único lugar que conhecia em Joao Pessoa era a FETAG na rua Rodrigues de Aquino, não conhecíamos nenhuma praia.

Ocupações de terra, ou melhor, resistência na terra dos moradores, meeiros, foreiros, que viviam há décadas nas propriedades e que estavam sendo expulsos pela novas relações e trabalho no campo, que deslocavam os trabalhadores rurais das terras para a pontas de rua das cidades, criando uma situação de miséria enorme.

O carro–chefe das nossas atividades era a EDUCAÇÃO POPULAR, alfabetização de adultos, programas de rádio, formação sindical, formação política, que eram feitas com visitas às bases nas periferias e no campo, através das Comunidades Eclesiais de Base que estavam difundidas em toda a Diocese, incentivadas pelo bispo, os padres e as freiras e pelos leigos que reivindicavam um papel mais relevante na Igreja.

A outra frente de luta eram as oposições sindicais. O Sindicato havia sido mantido pelos militares, depois de ter esmagado as Ligas Camponesas, mas era totalmente subordinado aos patrões, sem autonomia própria e realizava um trabalho meramente burocrático e assistencialista, era o sindicato do FUNRURAL... Era precisa renovar os quadros, e dar um novo papel ao sindicato, de autonomia e de defesa dos interesses econômicos e dos direitos dos trabalhadores rurais tanto dos pequenos proprietários como dos assalariados: as duas grandes frentes a terra e o trabalho.

O objetivo principal era introduzir a teoria e a prática dos direitos: a grande maioria dos trabalhadores assalariados não tinham carteira de trabalho assinada, o 13º era um pedaço de carne e uma garrafa de cachaça. Era preciso todo um trabalho ao mesmo tempo de educação, de organização e de assistência jurídica: que funcionou apesar das disputas. Houve um trabalho coletivo que fez a diferença, apoiado também pelas Universidades Federais do campus de Campina Grande (Beto e Regina Novaes, Gisélia Potengy, entre

outros) e João Pessoa (Leôncio Camino, Wanderley Amado e Neide Miele) e pelas organizações de classe como a FETAG (Álvaro Diniz) e a CONTAG...

A greve dos canavieiros de 1984 foi épica: se conseguiu paralisar por um mês as atividades e sustentar as famílias com um fundo de greve que oferecia milhares de cestas básicas: através do apoio da pastoral, sobretudo da irmã Alayde Baldoni.

Rompia-se assim pela primeira vez (depois da tentativa reprimida das Ligas Camponesas) a relação direta do patrão sobre os trabalhadores, sem mediação institucional. O que no curso de Mestrado de Sociologia Rural que frequentei em Campina Grande se chamava de poder local, como herança do coronelismo em que os donos da terra eram também os donos do poder: havia engenhos com prisões privadas, e as fornalhas não queimavam somente o bagaço da cana!

Acredito que esta foi uma das conquistas mais relevantes deste período e de mais longa duração: ao final se trata de uma bandeira do liberalismo político, a liberdade: se sentir livres da opressão e da pressão dos grandes proprietários, poder sair à rua manifestando coletivamente.

Ao mesmo tempo era uma conquista socialista, dos direitos sociais, um avanço, ao mesmo tempo, nos dois direitos fundamentais os civis e políticos e os econômicos e sociais; que raramente andaram juntos na história do Brasil. Hoje estamos vivendo um período de retrocesso nos dois sentidos...

Politicamente, do ponto de vista da política partidária, todo este trabalho não teve uma grande repercussão imediata, pelo menos localmente: o PT nunca teve grandes resultados no Brejo, mas Lula sim: Inez conta sempre a história da sua candidatura à prefeitura de Guarabira em 1988: só teve 700 votos, mas conseguiu o objetivo maior que era fazer conhecer o nome do Lula para presidente. Sem este trabalho de base capilar, Lula não teria chegado ao segundo turno.

Começou ali aquele processo de mudança do tipo de voto, do voto de cabresto para um voto mais livre, de tipo clientelista em que o político não podia mais contar com a obediência cega dos seus subordinados, mas precisava “agradar”, comprar os votos; mas começou (ou voltou?) a ter importância também o voto ideológico e do voto de opinião... devido a este trabalho capilar feito na base e nos meios de comunicações, sobretudo o rádio.

O clima social era tão propício que não era difícil reunir multidões nas semanas sindicais, na comemoração do 1º de Maio e de 8 de março ou no aniversário da morte de Margarida, na greve dos canavieiros. Houve assim uma apropriação do espaço público pelo povo, e tudo aconteceu sem violência, de forma pacífica e alegre; se respirava finalmente um clima de liberdade e de mudanças.

Sem violência em termos, porque Margarida Maria Alves foi brutalmente e covardemente assassinada em 11 de agosto de 1983: queriam assim matar a mulher, que ousava levantar a cabeça e a líder sindical que ousava desafiar a usina com ações na justiça. Mas eles, o grupo da Várzea, liderado por Aguinaldo Veloso Borges, o avô do Aguinaldo Ribeiro (ministro do governo Dilma!), o mesmo grupo que havia assassinado João Pedro Teixeira e reprimido as ligas camponesas, queria também eliminar uma possível liderança política.

Acertaram no diagnóstico, porque efetivamente Margarida possuía um talento e uma liderança natural, mas erraram no prognóstico, porque imaginavam que com a brutalidade, a intimidação e a repressão teriam acabado com a ascensão do movimento: o que não aconteceu.

Ao contrário, o movimento cresceu muito mais, já a partir do enterro de Margarida que suscitou uma comoção geral e se tornou um fato nacional: o PT mandou o Airton Soares e o Lula veio várias vezes nos anos seguintes. Aliás Lula havia encontrado Margarida no começo dos anos 80, sim porque Lula construiu este partido de baixo, visitando ao longo e ao largo este imenso país.

A partir daí deslancharam as campanhas trabalhistas e salariais e as greves de proporções enormes: quando a gente entrava nos engenhos e nas fazendas com os fusquinhas e os panfletos, éramos recebidos pelos capangas armados de espingarda, mas que não sabiam o que fazer... pela primeira vez o espaço considerado inviolável era invadido.

As mulheres foram as grandes protagonistas: a Inez pode dizer algo mais sobre isso... estão aqui muitas delas: a Maria Preta (representada pela filha Salete) e a Socorro de Araçagi, a Bebê do Varelo, a dona Lia do Baixio, a dona Lourdes de Borborema, a Du Céu de Pirpirituba, a dona Antônia de Tacima e tantas outras. De Alagoa Grande, a violeira Soledade, que cantou a música de Zé Rufino, “nosso direito vem” o hino das lutas daquela época, a Carmelita, companheira de Margarida e vamos lembrar a saudosa Maria da Penha que continuou o trabalho de Margarida no sindicato de Alagoa Grande e nas lutas das mulheres.

Elas tiveram a coragem de desafiar os maridos e ir para as reuniões, assumir a direção dos sindicatos, organizar e participar das manifestações, viajar para Brasília durante o processo constituinte entregando a pauta das reivindicações diretamente nos gabinetes dos deputados e senadores; mas também viajaram para o exterior, na Nicarágua, no México, em Roma...foram para os encontros feministas em São Paulo... voltaram escandalizadas, mas aprenderam a lidar com as diferenças.

Não havia uma clara divisão entre público e privado, a nossa vida era totalmente dedicada à militância e a nossa casa era um porto de mar, sempre cheia de gente, que entrava e saía, alguns passaram meses hospedados lá, e a dona Cícera e a Inez tiveram muito trabalho... O nosso luxo era uma passagem pra Itália a cada 3 anos e uma reunião anual do Movimento na praia de Natal ou Salvador. Não havia sábado nem domingo, horários de trabalho, ... e ninguém se queixava...

Foi uma experiência de militância política e eclesial total, mas que dava sentido às nossas vidas porque era parte de um projeto coletivo de transformação social das velhas e arcaicas relações sociais brasileiras. Não cabe aqui fazer um balanço, mas algumas coisas mudaram nesses 35/40 anos de luta de redemocratização...

Só um fato: era muito comum nos primeiros anos de Guarabira ver passar os enterros das crianças, os “anjinhos”, um pequeno caixão branco, carregado por outras crianças ou colocado na cabeça pelo pai e a família atrás: a ala do cemitério dedicada aos anjinhos era muito grande e o fato corriqueiro...Pelo menos esta cena mudou e não se repete mais com tanta frequência; assim como outros indicadores sociais, apesar de que muito ainda

há por fazer, mas houve avanços significativos. O Camilo que continua atuando no Brejo como advogado dos trabalhadores pode dizer mais sobre isso.

Outro fato: eu ia semanalmente para Pilões acompanhar o sindicato dos canavieiros, era só cana de açúcar; voltei depois de muitos anos e não encontrei um pé de cana; a falência da usina havia provocado as ações trabalhistas em troca de terras e no município só permaneciam os engenhos e os pequenos proprietários.

Houve sim, uma pequena, mas significativa distribuição da terra; houve sim uma melhor nas relações sociais, econômicas e políticas...embora a época das mobilizações com tanta intensidade acabou; ... é muito difícil prever os movimentos sociais, era um período de ascensão... e quem sabe que ele volte a acontecer...não sabemos por que os movimentos crescem ou retrocedem...

A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Quando terminou o décimo ano de contrato com o MLAL no final dos anos 80, precisávamos tomar uma decisão, não se podia viver a vida inteira de projetos renovados a cada ano, e as nossas duas filhas Jussara e Irene, precisavam estudar. Depois de um ano de incerteza, em 1989 consegui ser aprovado no concurso para professor, na área de sociologia em Campina Grande e de Filosofia em João Pessoa. João Pessoa me chamou antes e voltei a estudar e ensinar filosofia... na verdade eu queria ficar na sociologia porque achava que poderia continuar o meu trabalho de assessoria no Brejo.

Começava uma nova vida. Sempre achei um privilégio ser professor universitário, nunca concordei com as queixas dos meus colegas, talvez porque vinha de 10 anos de convivência com uma realidade trabalhista muito mais difícil e precária: me lembro a surpresa quando mostrei para Inez o primeiro contracheque! Também por isso nunca concordei com as absurdas e prolongadas greves dos professores e funcionários...

Começava uma nova fase e me colocaram para dar aula de filosofia medieval, porque havia estudado em seminário e sabia um pouco de latim; mas apesar de gostar da matéria eu queria estudar algo mais próximo da realidade brasileira.

Minha sorte foi encontrar a Comissão de Direitos Humanos, a primeira das Universidades Federais do Brasil, fundada em 1989 pelo prof. Rubens Pinto Lyra, Carlos Guimaraes entre eles, Lucia Lemos que estão aqui e outros. O meu amigo Genaro Ieno me avisou que haveria uma reunião da Comissão, fui lá que encontrei Luciano Mariz Maia e Lúcia Lemos, e depois Nazaré, Paulo Moura, o saudoso Fábio Freitas, Lúcia Guerra e tantos outros e nunca mais sai deste grupo...

Nesses quase 30 anos de trabalho procuramos realizar um projeto coletivo: a nossa grande força foi trabalhar juntos, atuando em várias frentes, e aproveitando dos diferentes talentos de cada um sem que houvesse um líder que sobressaia.

A porta de entrada dos direitos humanos na UFPB e no Brasil foi a extensão universitária, que começou uma nova fase com a administração do Reitor Neroaldo Pontes de Azevedo, tendo na pró-reitoria Ivan Targino e Genaro e Gláucia; que foram os pioneiros no Brasil a valorizar e a institucionalizar a extensão, vista até então como a Cinderela do tripé formado com o ensino e pesquisa.

Este trabalho foi levado adiante com muita dedicação e competência pela professora Lúcia Guerra nos 12 anos em que esteve à frente da Pró-reitora da PRAC, tendo como colaboradora a professora Maria de Nazaré que eu chamo de “la pasionária de los derechos humanos”, e Eliene e Iraci e Senharina e Petronila e tanta outros professores e servidores técnicos- administrativo que realizaram um magnífico trabalho reconhecido nacionalmente.

A CDH realizou inúmeros cursos de extensão para um público diferenciado, policiais militares, professores do ensino fundamental e médio, associações de bairro, indígenas, população LGBT,

Foi por iniciativa da CDH que foi criado o Conselho Estadual dos Direitos do Homem e do Cidadão, presidido pelo prof. Rubens Pinto Lyra, e posteriormente pela professora Nazaré e pelo prof. Luciano Mariz Maia, atual vice-procurador Geral da República, e pelo Dr Duciran Farena que compõe esta mesa.

Em 1994, foi realizado o primeiro curso de especialização em DH do Brasil, que foi retomado nos anos 2.000 de forma presencial, e mais recentemente de forma semipresencial, a distância, atingindo centenas de pessoas, sobretudo professores do ensino fundamental e médio.

A CDH promoveu também vários projetos internacionais de intercambio acadêmicos, três em particular.

O Projeto Uni-Cidadania, Universidade e Cidadania, de 2000 a 2003 em convenio com o Ministério das Relações Exteriores da Itália tendo como órgão executor o MLAL, que permitiu a realização de 2 cursos presenciais em parceria com o Movimento Nacional de DH, de todo o Nordeste, a realização de vários seminários, a publicação de livros, a aquisição do primeiro acervo que deu origem à Biblioteca Enzo Melegari, em homenagem ao presidente do MLAL que havia apoiado o projeto e falecido prematuramente.

Outro projeto relevante foi **O Projeto Alfa** “Direitos Humanos e Segurança Pública” (*Human Rights facing security*), coordenado pela universidade de Florença, e financiado pela União Europeia, que permitiu o intercâmbio de estudantes e professores para a realização de estágios de estudo na Itália e em Portugal, a realização de um seminário internacional de DH, a publicação de vários livros, o fortalecimento da biblioteca; e a colaboração com a equipe do prof. Danilo Zolo que saúdo afetuosamente neste momento e a toda a sua equipe em particular os professores Emilio Santoro de Florença e Luca Baccelli, de Camerino. O projeto também permitiu uma colaboração duradoura com a Escola de Direito da Universidade do Minho em Portugal, através dos professores Pedro Vasconcelos e Acílio Estanqueiro Rocha entre outros.

O terceiro projeto de colaboração internacional foi a inserção do NCDH e do PPGDH na rede da “**Cátedra UNESCO de DH e Violência**”, com várias universidades da América Latina e da Europa, coordenada pela universidade externado de Bogotá. Há também uma participação com a Rede de Educação em DH da América Latina e o Consórcio latino-americano de pós graduação em DH.

Fortalecido com a experiência dos primeiros anos, nos meados dos anos 2000 foi a Comissão (e não o Centro de Ciências Jurídicas) que elaborou o projeto para a criação

dos primeiros mestrados em DHs do Brasil, e que concorreu ao edital lançado pela Fundação Ford, edital que a UFPB venceu junto com a USP e a UFPA. Foi assim que foi criada a área de concentração de DHs no mestrado do CCJ, que posteriormente se consolidou com a criação de um doutorado.

Para fortalecer este trabalho acadêmico e incentivar a interdisciplinaridade foi criado em 2007 o **Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos**, do qual foi o primeiro coordenador tendo o prof. Luciano Mariz Maia, hoje Vice Procurador Geral da República, como Vice.

O Núcleo dividiu as tarefas com a CDH, assumiu as atividades mais acadêmicas, e a comissão aso papel de representação “política” interna e externa.

Foi o Núcleo que, em 2012, apresentou um Projeto de Mestrado em DH para a área interdisciplinar da CAPES, que foi aprovado no mesmo ano, junto com os mestrados de DH da UnB, da UFGoiás, da UFPE. O PPGDH, Programa de Pós-Graduação em DH, Cidadania e Políticas Públicas está na sua 5ª turma, recebeu nota 4 e está almejando criar um doutorado sob a firme e competente coordenação da professora Adelaide Dias e do prof. Gustavo Batista!

Esta foi uma outra característica do CDH e do NCDH, atuar sempre procurando parcerias, nacionais e internacionais e criando redes com o objetivo de institucionalizar o ensino, a pesquisa e a extensão em DH no ensino superior: os resultados destes anos de trabalho podem ser consultados no site do NCDH: www.cchla.ufpb.br/ncdh

Se no começo as parcerias eram mais com o exterior, a partir dos meados dos anos 2000, começou uma parceria mais consistente com o governo Federal, a partir do Governo Lula, sobretudo com a Secretaria Nacional de DH, com a SECADI-MEC, e a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça....

Foram parcerias para promover cursos, seminários publicações, pesquisas cujos resultados estão disponíveis no site do NCDH.

Foram parcerias que deram resultados e deixavam esperar que a política dos dh na Universidade e em geral fosse uma política de Estado e não de governo. Neste mesmo auditório, em 2009, tive a honra de presidir uma mesa com o ex-ministro das relações exteriores do governo FHC Celso Lafer, e o então ministro dos Direitos Humanos Paulo Vannuchi e comentei que esta mesa era uma demonstração da fundada esperança de que a política de DH tivesse se tornado uma política de Estado. E foi assim efetivamente até o governo Temer, baste pensar nas eminentes figuras que presidiram as secretarias de dh como José Gregory, Paulo Sergio Pinheiro, Nilmário Miranda, Paulo Vannuchi, Maria do Rosário até a posse da primeira mulher negra no cargo que foi uma total decepção e os retrocessos que estamos vendo neste governo ilegítimo quanto às políticas de direitos humanos em todos os setores...

Mas esta descontinuidade não começou somente com o governo Temer, todos vocês lembram o “rebuliço” e a polemica que suscitou o lançamento do III PROGRAMA NACIONAL de DH em 2012, que foi bombardeado sobretudo por setores do PSDB do então candidato José Serra. O que sinalizava o novo clima de hostilidade para com os direitos humanos que estava tomando conta do Brasil.

A CONJUNTURA POLÍTICA E SOCIAL

Este trabalho coletivo, do qual muito me orgulho de fazer parte, fez com que a UFPB se tornasse um centro acadêmico de referência no Brasil e no exterior no ensino, na pesquisa e na extensão em DH. Temos assim hoje algo para comemorar, não pela minha pessoa, mas por todo o esforço coletivo realizado nesses trinta e cinco anos.

Ao mesmo tempo, temos a lamentar profundamente, que apesar de todo este trabalho realizado em várias escolas e universidades do Brasil e da América Latina, de toda a luta da sociedade civil, das ONGs, dos movimentos sociais, e de alguns partidos políticos de esquerda, a batalha pelo respeito e efetivação dos direitos humanos no Brasil está longe de ser ganha.

Tornou-se quase que um senso comum afirmar que DH só defendem bandidos, que bandido bom é bandido morto, que os DH só valem para os humanos direitos. Todos os dias “os DH” são objeto de escárnio, de xingamento, de manifestação de ódio e de intolerância e acabam assumindo o papel de bode expiatório de todas as mazelas e a violências que atemorizam a nossa sociedade...

Às vezes dá um desânimo, porque um locutor qualquer de rádio e de televisão, daqueles jornalistas que fazem estes programas sensacionalistas, que lucram sobre a miséria e a desgraça alheia, em poucos minutos destroem o nosso trabalho de anos: e estamos impotentes diante desta massiva campanha de difamação promovida pelos meios de comunicação!

Assim vivemos hoje, em tempos de golpe, um retrocesso tanto nos direitos civis e políticos, como nos direitos econômicos e sociais e eu me perguntou por quê?

Porque o Brasil, que é um dos poucos países do mundo que teria as condições objetivas para crescer e se tornar um país próspero e justo, está se autodestruindo?

Como é possível que o Brasil continue com esses absurdos índices de desigualdade, de desemprego, de pobreza, de violência?

Como é possível que continuem os assassinatos políticos de líderes, de indígenas, de trabalhadores rurais, de defensores dos direitos humanos, como o da vereadora Marielle e do motorista Anderson brutalmente executada com quatro tiros na cabeça: lembra o assassinato de Margarida, outra mulher pobre, negra e militante executada com um tiro de espingarda a queima roupa na cabeça!

De onde vem esta sanha, este ódio, esta intolerância para com os outros, esta violência incontrolada, este genocídio que dizima os jovens, pobres, negros, das periferias, esta violência contra as mulheres, contra as pessoas LGBT? Como é possível que no Brasil de hoje ainda se morra por um pedaço de terra, um país que tem extensões imensas de terra?

Nós moramos numa chácara e o outro dia pedi para o morador, o Severino, conhecido como Tiba, que está aqui na plateia, para chamar o rapaz que limpa os coqueiros e ele me disse que não podia porque havia sido morto assassinado! Ficamos chocados, era um rapaz jovem que vinham limpar o coqueiro com a companheira. O morador me explicou que ele e um colega de 15 anos! Haviám sido mortos porque foram pegos numa propriedade roubando jacas!!! Aqui, a poucos km desta universidade, acontecem barbáries deste tipo...

Que país é esse em que uma jaca vale mais do que a vida de uma pessoa, e tudo fica na impunidade total, como a sociedade pode tolerar esta banalização da vida e da morte?

E uma situação geral de ameaça às poucas e frágeis conquistas democráticas que conseguimos: este clima piorou depois da deposição da presidenta Dilma: se abriu a porteira e passou toda a boiada!

Alguém tem dúvidas de que o impeachment foi um golpe? Eu não tenho. Porque do ponto de vista formal houve uma quebra das regras do jogo, um sistema presidencialista foi mudado para parlamentarista sem passar por uma reforma constitucional. Foi uma atitude hipócrita tanto é que não retiraram os direitos políticos de Dilma, numa clara admissão de culpa, de que todo o processo havia sido uma farsa jurídica. Mas La Rochefoucauld, um pensador francês, já dizia no século XIX que a hipocrisia é a homenagem que o vício presta à virtude!

Foi literalmente o que aconteceu com Dilma: está sempre mais claro que houve uma trama operada por um parlamento cheio de corruptos, que retirou da presidência uma mulher honesta em nome do combate a corrupção!

Alguém tem dúvida de que este governo é ilegítimo? Eu não tenho. Não somente porque o presidente fez parte da trama do golpe, mas também porque está colocando em prática um programa que nunca foi submetido ao eleitorado e à nação, um programa neoliberal de desmantelamento do pouco Estado de direito e estado social que o Brasil estava construindo e de venda do patrimônio público ao capital estrangeiro. O Brasil que havia tido um reconhecimento internacional nos governos Lula e Dilma, se tornou um ator insignificante na cena mundial.

Alguém tem dúvida de que o combate à corrupção se tornou uma arma política para ver que comanda no Brasil qual é o poder qual é a corporação que manda? Há pessoas, que acreditam que este combate vai fazer bem para as instituições e a democracia. Eu tenho dúvidas, não pelo combate em si, mas pela maneira com que está sendo feito. A judicialização da política que tem como reflexo a politização da justiça faz parte deste jogo político antidemocrático.

Alguém tem dúvidas de que a condenação de Lula a 12 anos e meio de cadeia é uma perseguição política? Eu não tenho. O julgamento de Lula me lembra a famosa máxima do direito romano. *Summa lex summa iniuria*, este julgamento em cima de provas muitos frágeis e penas desproporcionais, com uma unanimidade absoluta em todas as instâncias, não está fazendo justiça, mas injustiça.

Não tenho dúvidas, como não a têm milhões de brasileiros e estou preocupado de que esta onda de descrédito da política, de anti-política, não somente contra os políticos corruptos, mas contra a política como um todo, crie um vácuo político que pode e já está sendo preenchido por pessoas sem escrúpulos: aventureiros, nostálgicos do regime militar que querem resolver os problemas complexos com soluções simples e erradas, prometendo metralhar e fuzilar, e aumentando ainda mais o círculo da violência e da truculência.

Há retrocesso nos direitos trabalhistas, há tentativa de cerceamento da liberdade de pensamento e de cátedra, há o perigoso fenômeno do fundamentalismo religioso que

prega um evangelho intolerante e se alia com os grupos mais violentos da sociedade... Tudo isso é preocupante e é uma clara ameaça ao Estado de Direito no Brasil.

Mas não queria concluir com o desânimo: esta longa história que contei brevemente aqui não pode ser cancelada por uma canetada de um governo ilegítimo, devemos ter confiança no trabalho realizado por milhões de pessoas, nesses anos de transição da ditadura para a democracia; sobretudo pelos jovens, pela juventude brasileira.

É verdade que é uma transição que nunca acaba, que é capenga, cheia de estados de exceção, temos ainda uma democracia frágil, e vivemos tempos obscuros e sombrios que só tendem a piorar: o que vai acontecer com o Lula será um sinal decisivo para saber se ainda estamos numa democracia ou o estado de exceção passou os limites e se tornou uma regra.

Mas a história tem idas e voltas, agora estamos por baixo, sofremos uma série de derrotas, e as derrotas se pagam em política, mas as coisas podem mudar. Devemos ter a confiança do estado democrático de direito, não temos alternativas se não resistir, denunciar, protestar, reagir, se solidarizar e influenciar o rumo dos acontecimentos, mudar as correlações de força, já vivemos tempos piores e precisamos confiar no trabalho que fizemos nesses anos todos.

Estava lendo ontem um artigo recente de Roberto Amaral do PSB que dizia que: “Se a arma da direita é, sempre foi, o golpe de Estado e a ditadura, não há, porém, para o povo, para os trabalhadores, para o país, para a política e para a economia, alternativa fora da democracia”.

Ao final não estamos pedindo algo impossível, mas algo que já existe em vários países do mundo, estamos pedindo um padrão de convivência minimamente civilizada, uma sociedade em que as pessoas sejam respeitadas, reconhecidas na sua dignidade. Nós “dos Dh” insistimos na universalidade dos DH, porque se começamos a fazer exceções, a defender que os DH não são para este ou aquele tipo de pessoas, abrimos uma caixa de Pandora, caímos num poço sem fundo: ou os DH são para todos ou não são para ninguém.

Recebo esta homenagem como mais uma responsabilidade, ela aumenta minha dívida com o povo paraibano, e me impulsiona a continuar lutando e resistindo.

Muita gente me pergunta: por que veio para o Brasil?

Pelo ensinamento que recebi na minha juventude por duas instituições bem diferentes. A primeira e mais importante, minha formação católica que prezava para uma coerência entre a pregação e a prática: “Não quem diz senhor, senhor entrará no Reino de Deus, mas quem faz a vontade do Pai” Não é suficiente rezar: “como se pode amar a Deus que não se vê, se não se ama o próximo que se vê”, dizia a carta do apóstolo Santiago. Portanto a ideia da Fraternidade que exige compromisso.

O outro impulso me foi dado pela famosa frase de Marx nas teses sobre Feuerbach: “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo, mas o que interessa é transformá-lo”. Por isso, não aceitei a proposta do meu professor para ficar trabalhando na Universidade, porque queria transformar o mundo e deixei a família, as amizades, e a minha pátria de origem para vir ao Brasil. E fiz isso de certa forma contra a minha natureza que é mais teórica do que prática: dois talentos diferentes.

Mas não me arrependo, encontrei aqui uma segunda família e uma segunda pátria, da qual recebemos muito mais do que demos; o que mostra a verdade da máxima do evangelho e de São Francisco de que é dando que se recebe! Como sabe a professora Evangelina (de nome e de fato), que está aqui hoje na plateia e com a qual organizamos os cursos de formação sobre política e fraternidade!

Queria concluir com uma anotação pessoal.

A Inez sabe que, muitas vezes, acordo de noite, às 2 às 4 da madrugada sem conseguir dormir, virando de um lado para outro da cama, com a cabeça cheia de ideias ruins, que não para de pensar nos problemas, no que estão fazendo com o país, com o Lula, um verdadeiro pesadelo de olhos abertos! Não há camomila nem rivotril que dê jeito. Como se pode dormir tranquilo com este barulho e ao mesmo tempo com o silêncio ensurdecedor das ruas no Brasil! Um silêncio que antecede a tempestade!

Mas quando aparece o primeiro raio de sol, de repente muda tudo, começo a ver o mundo com outros olhos, com mais esperanças e ao final a luz manda embora as trevas e começo a jornada com mais ânimo e determinação.

Espero que o mesmo aconteça para nós todos, que possamos passar este período de pesadelo, de trevas, de sombras, de provação, e sair de novo a ver a luz, *il sole e le altre stelle* como dizia Dante Alighieri, ou o sol do porvir como dizia a internacional socialista.

Se ficarmos juntos e unidos conseguiremos..... com a ajuda de Deus e de Nossa Senhora!

Obrigado